Notícias do dia 21 de janeiro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

TCE solicita informações sobre estoque de oxigênio em Goiás - FIO DIRETO

SUELY ARANTES

+ O **conselheiro** do **Tribunal de Contas do Estado**, **Sebastião Tejota**, relator da Secretaria de Estado de Saúde, encaminhou, ontem, ofício ao titular da pasta, Ismael Alexandrino, para que, no prazo de dois dias, informe se o estoque de oxigênio da rede estadual é suficiente para atender um eventual aumento expressivo da demanda, semelhante ao que ocorreu no Amazonas.

+ A iniciativa segue recomendação do **Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas** (CNPTC), como resposta ao aumento considerável do número de casos de Covid-19 em todo o país e a grave crise que se instalou no Amazonas.

+ O documento também questiona se, com o acréscimo do número de internações, o quantitativo de profissionais de saúde seria suficiente; que diligências estão sendo realizadas para evitar uma crise semelhante à instaurada no Amazonas; qual a situação dos contratos com empresas fornecedoras de oxigênio.

+ E ainda se Goiás possui número suficiente de seringas para dar sequência ao Plano de Imunizações. A depender das respostas, o relator poderá solicitar novas providências.

Site: https://digital.dm.com.br/#!/mini?e=20210121

Líder do Governo tenta frear oposição sobre orçamento da UEG - XADREZ

Venceslau Pimentel

Por conta da polêmica em torno do volume de recursos financeiros para a Universidade Estadual de **GOIÁS**, a votação da Lei Orçamentária do Governo para 2021 ficou para a próxima segunda-feira. Enquanto a oposição tenta aumentar a fatia para a UEG, destinando à unidade 2% da receita corrente líquida, o eu renderia em torno de R$ 600 milhões, a base aliada tenta frear o ímpeto dos oposicionistas. O líder do Governo, Bruno Peixoto (MDB), argumenta que se esse percentual for mantido, vai tirar dinheiro do ensino médio. Os deputados aliados do GOVERNADOR Ronaldo CAIADO (DEM) aumentaram R$ 50 milhões ao valor previsto para a UEG, chegando ao total de R$ 301 milhões ao logo deste ano.

Pode cair

Como a emenda apresentada pelo deputado Karlos Cabral (PDT), que fixa em 2% o orçamento da UEG não tem caráter impositivo, governistas apostam em veto do Executivo.

Efeito Amazonas

Por conta do caos no Amazonas, devido à falta de oxigênio nos hospitais, o **conselheiro Sebastião Tejota**, do **TCE**, quer saber do secretário da Saúde, Ismael Alexandrino qual o estoque do produto em **GOIÁS** e se o mesmo é suficiente em caso de aumento da demanda.

Dissidentes

Quem encabeça a lista dos 36 deputados federais do PSL que deixa de apoiar o candidato a presidente da Câmara dos Deputados, Baleia Rossi (MDB), é o parlamentar por **GOIÁS**, Vítor Hugo. O grupo apóia Arthur Lira (PP).

Site: http://flip.ohoje.com/public/impresso/5185/5185.pdf

Efeito Amazonas - XADREZ

Venceslau Pimentel

Por conta do caos no Amazonas, devido à falta de oxigênio nos hospitais, o **conselheiro Sebastião Tejota**, do **TCE**, quer saber do secretário da Saúde, ISMAEL ALEXANDRINO qual o estoque do produto em **Goiás** e se o mesmo é suficiente em caso de aumento da demanda.

Dissidentes

Quem encabeça a lista dos 36 deputados federais do PSL que deixa de apoiar o candidato a presidente da Câmara dos Deputados, Baleia Rossi (MDB), é o parlamentar por **Goiás**, Vítor Hugo. O grupo apóia Arthur Lira (PP).

Segurança jurídica

A Secretaria da Economia solicitou ao governo o envio a **Alego** de alteração no ProGoiás, para estabelecer parâmetros mais claros quanto à possibilidade de aplicação do benefício fiscal do crédito outorgado.

Site: http://flip.ohoje.com/public/impresso/5185/5185.pdf

TCE-GO solicita informações sobre destinação das vacinas em Goiás

Pedro Hara

O **conselheiro** do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), **Sebastião Tejota**, solicitou nesta quinta-feira, 21, a Secretaria de Estado de Saúde, informações à pasta sobre os mecanismos de controles adotados para garantir o cumprimento da priorização das fases estabelecidas pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI) para a vacinação contra a Covid-19.

Além das informações sobre os mecanismos de controle, o **conselheiro**, relator da SES, solicitou a relação dos municípios que receberam a vacina, o número de doses por cidade e quais os critérios adotados para a definição das quantidades recebidas por cada cidade.

O **TCE**-GO tem adotado medidas para orientar gestores e fiscalizar a correta aplicação dos recursos desde o início da pandemia. Uma das medidas foi a criação de um grupo de trabalho para acompanhar as compras emergenciais, outra providência tomada pelo órgão foi a elaboração de uma cartilha para orientar os gestores.

Visando reduzir os prejuízos causados pela pandemia aos estudantes de escolas públicas estaduais, o **TCE** realizou ainda diversos levantamentos para mapear a situação do ensino remoto em **Goiás**. A entidade integrou o Gabinete de Articulação contra os Efeitos da Pandemia na Educação Pública em **Goiás** (Gaepe-GO) e atualmente realiza o acompanhamento das ações desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Educação para garantir o retorno dos alunos da rede estadual de educação às atividades escolares presenciais.

Site: https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/tce-go-solicita-informacoes-sobre-destinacao-das-vacinas-em-goias-308000/

TCE-GO solicita informações sobre estoque de oxigênio para uso hospitalar

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) enviou um ofício nesta quarta-feira, 20, solicitando à Secretaria Estadual de Saúde (SES-GO) informações a respeito do estoque de oxigênio e o número de profissionais de saúde atuando em **Goiás**.

O intuito do documento é tomar conhecimento se o estado terá capacidade de suportar um aumento expressivo da demanda hospitalar, semelhante ao que ocorreu no estado do Amazonas (AM).

O ofício ainda questiona quais medidas estão em vigor para evitar uma crise como no AM, qual a situação dos contratos com empresas fornecedoras de oxigênio e ainda se o Estado possuiu número suficiente de seringas para dar sequência ao Plano de Imunizações.

Dependendo do que for respondido, o relator da pauta, Sebastião Tejota, poderá solicitar novas providências.

Por meio de nota, a SES-GO informou que ainda não foi notificada formalmente. Apesar disso, já apura as informações. Em **Goiás**, a situação de abastecimento de oxigênio é considerada segura.

Site: http://verdevale103.com.br/noticia-1528099577-tce-go-solicita-informacoes-sobre-estoque-de-oxigenio-para-uso-hospitalar

Tribunais de Contas no enfrentamento à pandemia e acompanhamento da vacinação

Publicado em jan 21, 2021

A aprovação da Agencia Sanitária Anvisa, dada no dia 17 de janeiro de 2021, permitiu a aplicação de 2 imunizantes contra a Covid no Brasil: a Coronavac e Oxford. A aprovação veio um dia antes do país chegar a triste marca de 210 mil mortes e 8,5 milhões de infectados com covid-19 , pelos dados do consórcio de veículos de imprensa, com cada vez mais estados tendo alta na média de casos .

O colapso do sistema de saúde no Estado do Amazonas e a situação desesperadora de falta de tanques de oxigênio para pacientes em estado grave observada em Manaus, a partir do aumento no número de casos, ameaça se alastrar rapidamente para outros estados , como o que está sendo observado no momento na cidade de Faro no Pará .

Diante desse cenário, o CNPT manifestou preocupação e disponibilizou a Recomendação nº 01/2021 aos tribunais de contas do Brasil para atuação diante do aumento no número de casos.

O Conselho recomenda que os Tribunais enviem às respectivas secretarias de estado da saúde, visando evitar que a situação vivida pelos amazonenses se repita em outras unidades da federação, os seguintes questionamentos:

Acesse a recomendação completa aqui: https://www.cnptcbr.org/wp-content/uploads/2021/01/Recomenda%C3%A7%C3%A3o-CNPTC-N%C2%BA-001-2021-Covid.pdf

Em 2021, os tribunais dão continuidade às ações de enfrentamento a pandemia, e desempenham ações de acompanhamento que buscam verificar o preparo e adequação das medidas que estão sendo tomadas pelos gestores públicos referentes à vacina de imunização contra o covid-19.

Tribunais de Contas como o **TCE**/SC, **TCE**/AM e TCU já divulgaram trabalhos de acompanhamento que estão sendo realizados.

O Tribunal de Contas do Amazonas (**TCE**-AM) , em reunião com o governador do amazonas, buscou informações sobre insumos e recursos para garantir a compra das vacinas no estado. Expressando preocupação com o aumento de casos de covid no estado, o **conselheiro**-presidente Mario de Mello colocou o **TCE**, com todos os seus técnicos, à disposição do governo do Estado para colaborar com a execução do planejamento de vacinação e combate à Covid. "Iremos acompanhar todo o trabalho. Como órgão de controle e membro-titular da Rede de Controle do Amazonas, o **TCE** irá colaborar naquilo que for possível, dentro da legalidade, para que o Estado afaste, de uma vez por todas, essa doença que tem abatido e preocupado a população", finalizou o presidente do **TCE**-AM.

Nessa quarta-feira (20/01), o presidente **conselheiro** Mario de Mello, solicitou que o Governo do Estado e a Prefeitura de Manaus encaminhem, em até 24 horas, à Corte de Contas a lista nominal das pessoas já imunizadas contra a Covid-19 e os critérios utilizados para vacinação, sob pena de multa em caso de desobediência à solicitação. O pedido ocorreu após denúncias de que pessoas que não estão no grupo prioritário para vacinação, nesta primeira fase, teriam sido imunizadas em Manaus, antes dos profissionais de saúde (Fonte: Portal **TCE**/AM).

Também na quarta (20/01), o **conselheiro** do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), **Sebastião Tejota**, relator da Secretaria de Estado de Saúde, encaminhou ofício para que, no prazo de dois dias, informe à Corte de Contas se o estoque de oxigênio da rede estadual é suficiente para atender um eventual aumento expressivo da demanda, semelhante ao que ocorreu no estado do Amazonas. A iniciativa segue recomendação do **Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas** (CNPTC). A

depender das respostas, o relator poderá solicitar novas providências (fonte: Portal **TCE**-GO).

O **TCE**/SC, por sua vez, pediu à Secretaria de Estado da Saúde (SES) e a Federação Catarinense de Municípios (Fecam) prestem informações sobre a vacinação contra a covid-19.

Segundo o diretor da DGE, Sidney Antonio Tavares Junior, "Estamos atuando para garantir que os catarinenses possam receber a imunização o mais rapidamente possível. A obtenção de informações antecipadas nos possibilita conhecer o planejamento do Estado e dos municípios, detectar eventuais empecilhos e cobrar mais agilidade".

Na avaliação do Presidente do **TCE**/SC, **Conselheiro** Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, a iniciativa é de suma importância, uma vez que "busca verificar a adequação das medidas que estão sendo adotadas pelos gestores públicos no que diz respeito à vacinação, que, por sua vez, é um passo fundamental no enfrentamento da pandemia e de suas consequências para a sociedade catarinense, tanto na área da saúde pública (objetivo imediato) quanto na econômica (finalidade mediata)". (Fonte: Portal **TCE**/SC)

Já o TCU realizou diversos acompanhamentos para avaliar a estrutura de governança do Ministério da Saúde para o combate à crise da Covid-19, que detectaram inconsistências nos planos estratégicos elaborados para enfrentamento da pandemia.

Em agosto de 2020 o Tribunal de Contas da União já tinha determinado o envio das ações planejadas para permitir a produção ou aquisição de futuras doses de vacina contra a Covid-19 pela Casa Civil.

Ao final de 2020, servidores e membros dos Tribunais de Contas de todo Brasil promoveram ações solidárias, em sua maioria voltadas às populações em situação vulnerável, mais afetadas pelo avanço da pandemia.

Para além de tais ações beneficentes, o espírito solidário também orienta os tribunais de contas em relação a principal questão social do momento: assegurar uma campanha de vacinação completa aos brasileiros, que consiga barrar o avanço da doença e assim reduzir a mortalidade.

A importância do ato de vacinar-se, além da proteção individual, está no nível coletivo de proteção. Com cada vez mais pessoas imunizadas, há menos infecções e menos pessoas transmitindo o vírus. Assim, a tendência é de uma diminuição da circulação do agente infeccioso aos poucos. Além disso, a imunização diminui a sobrecarga no serviço de saúde pública, que poderia voltar a rotina no combate a outros tipos de doença.

Equipe Instituto Rui Barbos

Site: https://www.atricon.org.br/imprensa/noticias/tribunais-de-contas-no-enfrentamento-a-pandemia-e-acompanhamento-da-vacinacao/

TCE-GO: Secretaria da Saúde terá de informar sobre controle de vacinas para grupos prioritários

Publicado em jan 21, 2021

O **conselheiro** do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) **Sebastião Tejota** solicitou à Secretaria de Estado da Saúde informações sobre os mecanismos de controle adotados para garantir o cumprimento da priorização das fases estabelecidas pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI) para a vacinação contra a Covid-19. O **conselheiro**, relator da SES, também solicitou a relação dos municípios que já receberam a vacina, o número de doses por cidade, e os critérios utilizados para definição dos quantitativos.

Desde o início da pandemia, o **TCE**-GO tem adotado uma série de medidas para orientar gestores e fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos. Um grupo de trabalho foi criado para acompanhar as compras emergenciais e foi desenvolvida cartilha para orientar os gestores e foi criado, no Observatório do Cidadão (clique aqui), um painel que permite o acompanhamento de todos os gastos públicos estaduais relacionados ao combate à Covid-19.

Para reduzir prejuízos aos estudantes de escolas públicas estaduais, o **TCE**-GO realizou uma série de levantamentos para mapear a situação do ensino remoto, integrou o Gabinete de Articulação contra os Efeitos da Pandemia na Educação Pública em **Goiás** (Gaepe-GO) e atualmente realiza acompanhamento das ações desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Educação para garantir o retorno dos alunos da rede estadual de educação às atividades escolares presenciais.

Texto: Heloísa Lima

Ilustração: Anderson de Castro

Site: https://www.atricon.org.br/imprensa/noticias/tce-go-secretaria-da-saude-tera-de-informar-sobre-controle-de-vacinas-para-grupos-prioritarios/

TCE-GO quer saber qual estoque de oxigênio para uso hospitalar em Goiás

Editor

O **conselheiro** do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), **Sebastião Tejota**, encaminhou nessa quarta-feira, 20, ofício ao secretário Estadual de Saúde, Ismael Alexandrino, para que, no prazo de dois dias, informe à Corte de Contas se o estoque de oxigênio da rede estadual é suficiente para atender um eventual aumento expressivo da demanda, semelhante ao que ocorreu no estado do Amazonas. A iniciativa segue recomendação do **Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas** (CNPTC), como resposta ao aumento considerável do número de casos de Covid-19 em todo o País e a grave crise que se instalou no Amazonas.

O documento também questiona se, com o acréscimo do número de internações, o quantitativo de profissionais de saúde seria suficiente; que diligências estão sendo realizadas para evitar uma crise semelhante à instaurada no Amazonas. O tribunal também quer saber qual a situação dos contratos com empresas fornecedoras de oxigênio e ainda se o Estado possuiu número suficiente de seringas para dar sequência ao Plano de Imunizações.

Site: https://lancegoias.com.br/2021/01/21/tce-go-quer-saber-qual-estoque-de-oxigenio-para-uso-hospitalar-em-goias/

TCE-GO quer saber qual estoque de oxigênio para uso hospitalar em Goiás

O **conselheiro** do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), **Sebastião Tejota**, encaminhou nessa quarta-feira, 20, ofício ao secretário Estadual de Saúde, Ismael Alexandrino, para que, no prazo de dois dias, informe à Corte de Contas se o estoque de oxigênio da rede estadual é suficiente para atender um eventual aumento expressivo da demanda, semelhante ao que ocorreu no estado do Amazonas. A iniciativa segue recomendação do **Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas** (CNPTC), como resposta ao aumento considerável do número de casos de Covid-19 em todo o País e a grave crise que se instalou no Amazonas.

O documento também questiona se, com o acréscimo do número de internações, o quantitativo de profissionais de saúde seria suficiente; que diligências estão sendo realizadas para evitar uma crise semelhante à instaurada no Amazonas. O tribunal também quer saber qual a situação dos contratos com empresas fornecedoras de oxigênio e ainda se o Estado possuiu número suficiente de seringas para dar sequência ao Plano de Imunizações.

Site: http://www.podergoias.com.br/materia/3838/tce-go-quer-saber-qual-estoque-de-oxigenio-para-uso-hospitalar-em-goias

TCE-GO pede informações à Secretaria de Saúde sobre estoque de oxigênio para uso hospitalar no estado

O **conselheiro** do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), **Sebastião Tejota**, encaminhou nessa quarta-feira (20) ofício ao secretário Estadual de Saúde, Ismael Alexandrino, para que, no prazo de dois dias, informe à Corte de Contas se o estoque de oxigênio da rede estadual é suficiente para atender um eventual aumento expressivo da demanda, semelhante ao que ocorreu no estado do Amazonas.

A iniciativa segue recomendação do **Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas** (CNPTC), como resposta ao aumento considerável do número de casos de Covid-19 em todo o País e a grave crise que se instalou no Amazonas.

O documento também questiona se, com o acréscimo do número de internações, o quantitativo de profissionais de saúde seria suficiente; que diligências estão sendo realizadas para evitar uma crise semelhante à instaurada no Amazonas; qual a situação dos contratos com empresas fornecedoras de oxigênio e ainda se o Estado possuiu número suficiente de seringas para dar sequência ao Plano de Imunizações.

Site: https://www.rotajuridica.com.br/tce-go-pede-informacoes-a-secretaria-de-saude-sobre-estoque-de-oxigenio-para-uso-hospitalar-no-estado/